

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.303 - MG (2019/0119471-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ROLMER PACHECO RAHME JANUARIO  
**AGRAVANTE** : ROGNER PACHECO RAHME JANUARIO  
**ADVOGADO** : SAVIO NAPOLEÃO DE MEDEIROS - MG030151  
**AGRAVADO** : MARCO AURELIO BERNARDES  
**ADVOGADOS** : CLAUDIO LOTT CARVALHO - MG062913  
DENISE MARTINS DA COSTA LOTT MOREIRA - MG061521  
HENRIQUE CARVALHO COUTO - MG155651  
IZABELA TANGARI COELHO - MG151922  
**INTERES.** : MARILTON FRAGOSO BORGES  
**INTERES.** : BRUNO MARCIO CARDOSO BORGES  
**ADVOGADO** : JUSSARA MARIA GUIMARAES SOUZA - MG063505B

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ROLMER PACHECO RAHME JANUARIO e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

ACÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ESBULHO - PROVA - AUSÊNCIA.

A proteção possessória não se faz necessária, ante a ausência da prova do esbulho narrado na inicial.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o

foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

